



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJSP - POLÍCIA FEDERAL  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES - CPL/SELOG/SR/PF/ES

ANEXO V

INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO (IMR)

INDICADOR	
Nº 01 – QUALIDADE DOS SERVIÇOS PRESTADOS	
ITEM	DESCRIÇÃO
FINALIDADE	Garantir a prestação de serviços de forma adequada e com qualidade.
META A CUMPRIR	Serviço prestado com qualidade.
INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO	Avaliação direta do fiscal técnico do contrato por meio de notificação escrita.
FORMA DE ACOMPANHAMENTO	Pelo sistema.
PERIODICIDADE	Mensal.
MECANISMO DE CÁLCULO	Soma dos percentuais relativos aos graus das penalidades notificadas.
INÍCIO DE VIGÊNCIA	Data da assinatura do contrato.
SANÇÕES	a) Multa: conforme a soma dos percentuais relativos aos graus das penalidades notificadas no mês, até o limite de 5%; b) A reincidência de multa no percentual de 5% do valor da fatura mensal, na mesma vigência contratual, implicará a rescisão contratual, sem prejuízo de outras multas previstas no edital, no contrato e na legislação;
OBSERVAÇÕES	Na notificação deverá constar o número do item do indicador de avaliação infringido e a assinatura do responsável da empresa.

TABELA 1	
GRAU	PENALIDADE – DESCONTO SOBRE A FATURA MENSAL

1	0,2% sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% sobre o valor mensal do contrato

ITEM	DESCRIÇÃO DO INDICADOR DE AVALIAÇÃO	GRAU
1	Não atender às solicitações da CONTRATANTE quanto à prestação dos serviços demandados, incluindo o fornecimento de cartões, por ocorrência.	3
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, que sejam justificados e aceitos pela CONTRATANTE, os serviços solicitados, por ocorrência.	3
3	Não manter a documentação de habilitação atualizada, por ocorrência.	1
4	Deixar de implantar o sistema de gerenciamento e do abastecimento dos veículos, no prazo de até 15 (quinze) dias após assinatura do contrato, por dia. * O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por no máximo igual período, em caso de solicitação justificada e autorizada pela Superintendência Regional da Polícia Federal no estado do Espírito Santo.	2
5	Os postos credenciados não antederem as especificações do Edital, por ocorrência.	2
6	Não possuir postos nos locais determinados pelo Edital.	2
7	Não garantir atendimento aos critérios de sustentabilidade elencados no termo de referência, por ocorrência.	2



Documento assinado eletronicamente por **JAIRO SOUZA DA SILVA, Superintendente Regional**, em 29/05/2020, às 10:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador

